



Recortes de Imprensa

Dezembro 2015



COM O APOIO:



Publicidade do Bem

Por João Martins

Uma música contra a Violência Doméstica



Oito cantoras portuguesas juntaram-se para dar voz à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, sensibilizando o público para o problema da Violência Doméstica. "Cansada" é o título da original canção, com letra e música do jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho.

Com o objectivo de alertar as pessoas para a realidade (ainda significativa) da violência doméstica em Portugal, a APAV celebra os 25 anos de actividade com o lançamento de uma música inédita, que junta oito vozes conhecidas dos portugueses.

"Cansada" é o nome da canção interpretada por Aldina Duarte, Ana Bacalhau, Cuca Roseta, Gisela João, Manuela Azevedo, Marta Hugon, Rita Redshoes e Selma Uamusse. O tema original, com letra e música a cargo do jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho, foi gravado inicialmente com a voz de Débora Henriques, também jornalista. Depois foi apresentada à APAV e a Associação propôs que a música fosse o seu "hino", cumprindo a função de despertar consciências para o problema da violência doméstica e transmitindo a mensagem de que é importante dizer "não".

"Uma abordagem pela coragem"

"É um problema que começa logo na educação para a igualdade de direitos que temos de dar aos nossos filhos, desde muito cedo, e no qual a escola deveria desempenhar um papel mais importante", defende Filipe Lourenço, Brand Strategy da Agência de Publicidade Brave, que escolheu a campanha "Cansada" para conteúdo desta secção da Revista CAIS na edição de Novembro. "Por isso, este tema da Violência Doméstica justifica todos os esforços e mais alguns", acrescenta.

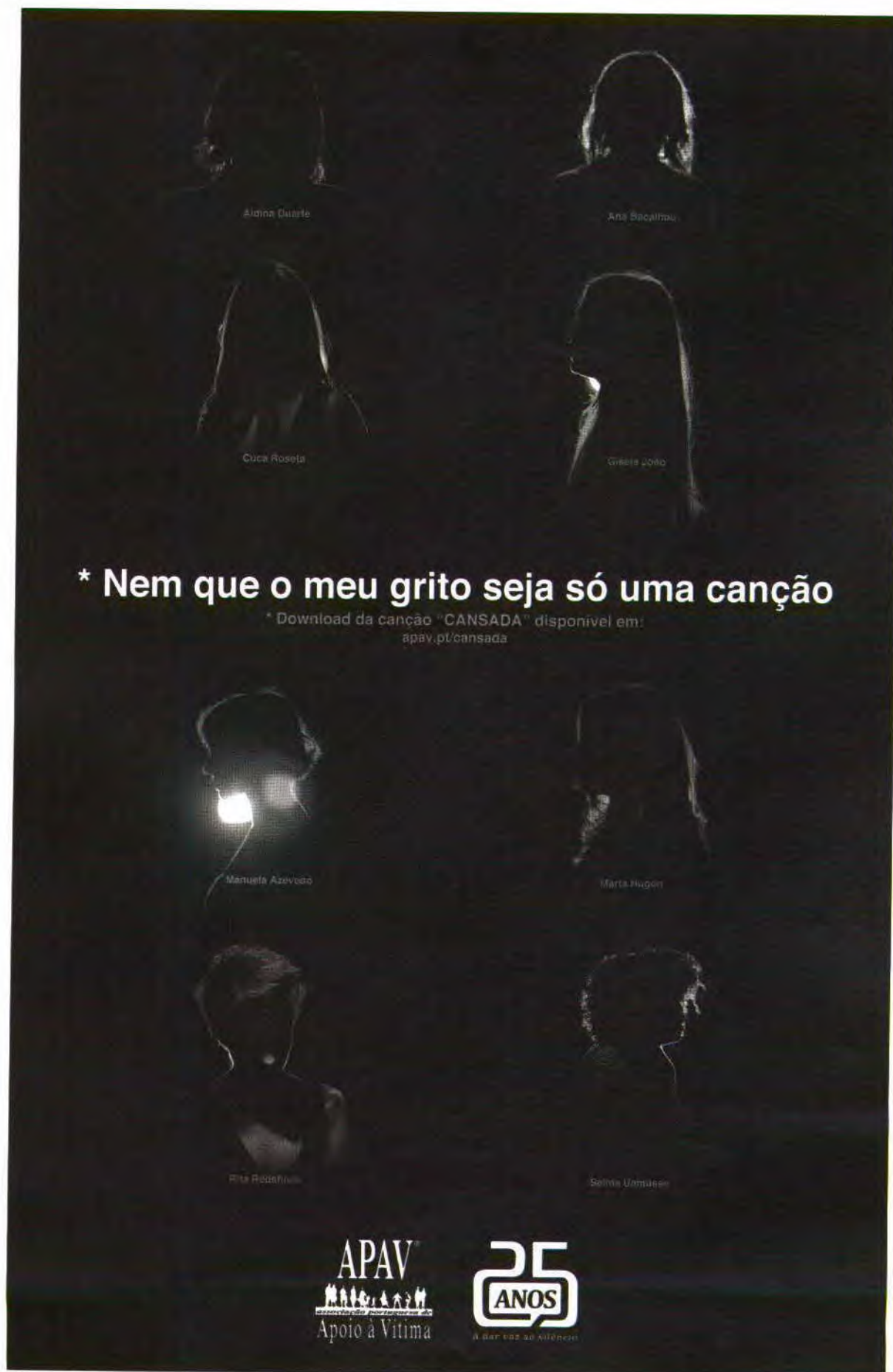
Filipe Lourenço destaca ainda originalidade da campanha. "É uma abordagem pela coragem, pelo 'grito', pelo 'basta', e não pelo cliché da "cara esmurrada", porque esse é sempre o caminho mais óbvio e o que menos contribui para a consciencialização do agressor", explica.

A música, lançada no passado mês de Março, conta com a interpretação da Orquestra Sinfonietta de Lisboa, dirigida pelo maestro Vasco Pearce de Azevedo. Filipe Melo tratou dos arranjos e da produção musical. A vontade e pertinência desta causa foi o que moveu todos os responsáveis pela música, que resultou de trabalho voluntário.

O tema está disponível no site da APAV e é acompanhado por vídeo promocional com as oito cantoras, sempre com o mote da campanha subjacente: "Nem que o meu grito seja só uma canção".



Filipe Lourenço (Brand Strategy, Brave)



*** Nem que o meu grito seja só uma canção**

* Download da canção "CANSADA" disponível em:
apav.pt/cansada

Alina Duarte

Ana Bacallman

Cúca Roseira

Gracia Lobo

Manuela Azevedo

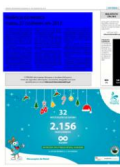
Marta Hugo

Rita Redshirts

Salma Uemura

APAV
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

25
ANOS
A dar voz ao silêncio



ID: 62050893

27-11-2015

Violência doméstica matou 27 mulheres em 2014

“Não fique a assistir” é o lema da campanha contra a violência doméstica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), lançada esta semana, no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. É um slogan que pretende alertar para o facto de se estar perante um crime público que deve ser denunciado.

A APAV contabilizou 12400 mulheres vítimas de violência o ano passado, sendo que 27 mulheres foram mortas com armas brancas ou de fogo pelos maridos ou companheiros (segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA)) e 33 foram vítimas de tentativa de homicídio (dados da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)).

Apesar de haver um menor número de homicídios consumados e tentados em 2015, comparativamente

ao mesmo período de 2014, mas nos últimos 11 anos foram assassinadas 426 mulheres e 497 foram vítimas de tentativa de homicídio.

Um estudo da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, datado de 2014, revelou que 39% das mulheres da União Europeia afirmaram conhecer outras mulheres, no seu círculo familiar e de amigos, que são vítimas de violência doméstica.

As próprias mulheres que participaram do estudo admitiram desconhecer a existência de leis específicas nos respetivos países sobre o problema da violência doméstica. Um desconhecimento que se estendia também em relação às estruturas de apoio às vítimas: em média, quase uma em cada cinco afirmou desconhecer a sua existência.

De acordo com os dados mais

recentes sobre esta problemática, as mortes de mulheres devido a violência doméstica é um tipo de criminalidade que mantém-se estável, contrariamente ao homicídio praticado noutros contextos, que em Portugal tem tido uma tendência decrescente.

Hoje as vítimas de violência doméstica podem contar com um estatuto próprio, mas há quem considere que não defende nem protege as vítimas, uma vez que a responsabilidade de fazer prova e pedir proteção continua a estar na mão das próprias.

A APAV alerta para o problema que constitui a demora na aplicação de medidas de coação que permitam o afastamento das vítimas relativamente aos agressores. A utilização de pulseiras eletrónicas para os últimos é uma das exigências. ■

LISBOA ■ CONHECEU NA INTERNET O AGRESSOR, QUE LHE DISSE TER TAMBÉM 15 ANOS



RICARDO CABRAL

Jovem vive terror em relação gay

■ Homem 27 anos mais velho manteve a vítima durante cerca de dez anos em estado de pânico. Perseguições e violência doméstica eram constantes

● SÉRGIO A. VITORINO

A vítima, um rapaz de 15 anos, vivia numa aldeia. Em 2001 foi enganada pela internet por um homem que se dizia da mesma idade, mas que era 27 anos mais velho. Foi viver para Lisboa e iniciou então uma relação gay, que resultou numa dezena de anos de perseguições e violência física e psicológica.

O menor é hoje um homem de 30 anos, que luta em tribunal

contra o agressor, com 57 anos e desde 2014 a cumprir 3 anos de prisão, por um caso não relacionado. O Tribunal da Relação de Lisboa confirmou há dias a pena de 4 anos de cadeia, suspensa, por violência doméstica. Terá ainda de pagar 25 500 euros à vítima e 200 à APAV.

Relação condena agressor a 4 anos de pena suspensa

O casal namorou à distância desde 2001, com o mais velho em Lisboa e o menor em casa dos pais. Pressão psicológica e agressividade constantes pioraram quando foram viver juntos,

PERÍCIAS

10 anos de relação. Durante esse tempo, o homem não deixou a vítima ter amigos, ameaçando revelar a relação gay aos seus pais.

PERÍCIAS

Perícias revelam que o arguido tem um grau moderado de psicopatia, risco de violência "moderado a alto" e risco de violência sexual elevado.

em 2006. Em agosto de 2011 disse "chega". Tinha então 25 anos. Ao pedir para sair de casa, levou uma dentada no braço e costas e foi fechado à chave. Conseguiu escapar. Mas o agressor, que fora condenado em 2000 por abuso sexual de criança, passou a persegui-lo no emprego e na faculdade, até dezembro de 2012.

Chegou a agarrá-lo e em várias ocasiões o jovem só escapou graças a funcionários e colegas. A PSP foi chamada após cenas violentas num centro de saúde e teve mesmo de escoltar a vítima da universidade até casa. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
da manhã



10ª EDIÇÃO DA CORRIDA DE SÃO SILVESTRE //

“Correr por uma causa”

A 10.ª edição da Corrida de São Silvestre realiza-se a 20 de Dezembro em Vila Real. Este ano a prova tem um cariz solidário já que 50% do valor das inscrições reverte para a APAV, associação de apoio à vítima de Vila Real. Com o mote “Venha correr por uma causa” a organização espera este ano superar o número de participantes dos anos anteriores. Assim a corrida abrange o cariz competitivo, o lazer, o convívio e o apoio social.

Com um ligeiro aumento nos prémios para os três primeiros lugares, a organização acredita que será um incentivo para que isso aconteça.

Segundo a Associação de Atletismo de Vila Real no ano passado estiveram presentes cerca de 400 atletas e meia centena na caminhada. O objec-

tivo este ano é aumentar o número de participantes.

Este ano a organização repete a fórmula e junta diversas entidades na organização deste evento. Câmara Municipal, Regimento de Infantaria 13, Associação de Atletismo de Vila Real, Fundação Inatel e Polícia de Segurança Pública.

“É possível mostrar uma coesão institucional de parceiros” com esta iniciativa, disse José Maria Magalhães vereador do desporto na autarquia de Vila Real a propósito das diversas entidades que se juntaram para este evento. Para além de demonstrar que é possível juntar a “vertente de lazer de apelo à participação das pessoas na caminhada pela saúde ou pelo convívio”.

Maria Coutinho, da APAV de Vila Real, entida-

de beneficiária dos donativos da corrida de São Silvestre, sublinhou durante a apresentação a importância destas parcerias e donativos para a associação. “São essenciais para apoiar a APAV na sua missão de ajudar as vítimas de crime”.

O RI 13 de Vila Real, está uma vez mais “na linha da frente na organização desta edição da São Silvestre”, com a disponibilização dos recursos e materiais necessários e das instalações que será o local de recepção dos atletas antes da prova e o local de apoio do staff da corrida, afirmou o Tenente Coronel José Sá. O RI 13 vai também participar na prova de atletismo com um grupo de 50 militares. O responsável aproveitou para convidar todos a participar. “Venham caminhar, venham correr por



uma causa, pelo desporto, pelo convívio e também pela solidariedade”.

Quem também se associa com “agrado” é a PSP de Vila Real que terá a responsabilidade da segurança do evento. O Comissário João Martins salientou que atempadamente a polícia irá divulgar os constrangimentos da prova nomeadamente os cortes de trânsito necessários.

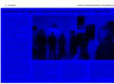
sito necessários.

A correr ou a caminhar todos estão convidados a participar nesta prova que se iniciará no Quartel do Regimento de Infantaria 13 e culminará na Praça do Município no próximo dia 20 de Dezembro. O percurso da prova tem 10 Km e desenrola-se nos principais arruamentos da cidade de Vila Real, com parti-

da no Regimento de Infantaria 13 e meta de chegada na Praça do Município (Avª. Carvalho Araújo).

A prova está aberta a Atletas Femininos e Masculinos, Categoria Sénior e Veteranos, Federados ou não Federados que representam ou não clubes, empresas e instituições.

Cristina da Santa Ferreira



ID: 62131421

27-11-2015

Gabinete de Apoio à Vítima Santarém promoveu "Open Day"

No passado dia 20 de Novembro, o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Santarém promoveu um "Open Day", um evento que abriu as portas à comunidade e juntou várias personalidades e representantes de entidades públicas e privadas que têm colaborado e contribuído para o desenvolvimento da missão da APAV no distrito.

Além da comemoração dos 25 anos da APAV, o evento funcionou também para apresentar o trabalho desenvolvido pelo GAV em Santarém.

Carmen Ludovino, gestora do GAV, enalteceu o trabalho "extremamente meritório" que tem sido efectuado por toda a equipa, composta por muitos voluntários daquela organização que desenvolve, não apenas atendimento às vítimas de violência, mas também de acções de prevenção e informação junto da população, em especial dos mais jovens.

Ao Correio do Ribatejo, a responsável concretizou que a iniciativa teve a intenção de abrir as portas do GAV "à comunidade em geral e aos parceiros para conhecerem o espaço onde acolhemos e atendemos as vítimas de crime e darmos a conhecer o nosso trabalho".

Muito desse trabalho passa pela divulgação e realização de acções de sensibilização: "Este ano, foram várias as acções de sensibilização que o GAV realizou, sobretudo nas escolas, numa perspectiva de prevenção", referiu, até porque, "são cada vez mais frequentes os casos de violência no namoro entre os mais jovens".

Segundo referiu, a nível nacional tem-se verificado um aumento de processos



acompanhados pela APAV. Santarém acompanha essa tendência nacional: só em 2014 foram abertos mais de 340 novos processos. De entre estes, foram acompanhadas 342 vítimas directas que foram alvo de 1.088 crimes e ou de outros actos violentos.

Dos 342 utentes que reportaram crimes ao GAV de Santarém em 2014, 81% eram vítimas do sexo feminino com idades compreendidas entre os 25 e os 54

anos de idade (42,1%).

Este ano, dados compilados até Outubro, mostram que o GAV de Santarém tem "uma média de 300 novos processos abertos e cerca de um milhar de atendimentos", disse Carmen Ludovino.

"As estatísticas apontam que as vítimas de violência conjugal são as que mais recorrem aos nossos serviços, mas nós apoiamos vítimas de todo o tipo de crime", frisou Carmen Ludovino.

"Temos sinalizados inúmeros casos de violência contra idosos, que chegam até nós através de denúncia anónima ou de pessoas conhecidas. Houve, de facto, um enorme aumento de casos de violência contra pessoas idosas, desde extorsão de pensões, negligência de cuidados e situações de abandono. São casos cada vez mais frequentes: a nível semanal há vários que nos são reportados", concluiu a responsável.

GNR sensibiliza mulheres para a denúncia de violência

EUNICE FRANCISCO
[eunicefrancisco@badaladas.pt]

Se é vítima de violência ou conhece alguém que é, não hesite e denuncie. O alerta partiu do Núcleo de Programas Especiais de GNR de Torres Vedras, que no passado dia 25 efetuou várias ações de sensibilização junto do público feminino dos concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Lourinhã, no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

Essa operação da GNR realizou-se a nível nacional e teve como objetivo sensibilizar a população para a prevenção desse tipo de crime. Durante as ações foram distribuídos marcadores de livros, contendo no verso informação sobre violência doméstica, considerada pela GNR como *"um dos mais graves problemas familiares, muitas vezes dissimulado"*.

Números da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) indicam que mais de 12.400 mulheres portuguesas foram vítimas de violência doméstica em 2014. Cerca de metade não apresentaram queixa às autoridades. Este ano, já morreram 27 em resultado desse crime.

A APAV salienta que vítimas e agressores *"são oriundos de todas as condições e estratos sociais"*, e teme que à mercê do agravamento da crise económica e das medidas de austeridade aumentam em Portugal *"a situação destas*



Segundo as estatísticas, 85 por cento das vítimas de violência doméstica em Portugal são mulheres

mulheres se agrave bastante, quer pela intensidade da violência sofrida diariamente quer por que as vítimas encontrarão maiores dificuldades em reformular ou reconstruir as suas vidas".

O dia 25 de novembro foi designado oficialmente pelas Nações Unidas como Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres em 1999 e visa alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, nomeadamente casos de abuso ou assédio sexual, maus tratos físicos e psicológicos.

A data está relacionada com a homenagem a Tereza, Mirabal-Patrícia e Minerva, presas, torturadas e assassinadas em 1960, a mando do ditador da República Dominicana Rafael Trujillo.

O apoio a essas vítimas é prestado pela GNR através dos 321 núcleos e equipas de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE), distribuídos por todo o território nacional, que este ano, e até ao mês de setembro, registaram 8.868 participações de crimes de violência doméstica.



Justiça

Violência doméstica. Dois terços das queixas arquivadas

ACUSAÇÃO Apenas uma em cada três queixas de violência doméstica chega a acusação. E quase dois terços dos inquéritos de violência doméstica que entraram no Ministério Público em 2014 foram arquivados. O balanço foi feito ontem pelo Ministério Público de Lisboa durante o seminário "Violência nas relações íntimas e contra pessoas especialmente vulneráveis", promovido pelo DIAP de Lisboa.

SILÊNCIO No ano passado deram entrada 2360 inquéritos de violência doméstica. Foram acusados 252, suspensos 206 e arquivados 1527. As principais razões para muitos dos arquivamentos são a falta de colaboração da vítima, a inexistência de testemunhas e as testemunhas também não falarem.

À PROCURA DE RESPOSTAS A média de entrada, em 2014, situou-se em 196 inquéritos mensais, tendo transitado para este ano 1281 investigações. Para Maria Fernandes Alves, coordenadora da 7.ª secção do DIAP de Lisboa,

é preciso encontrar formas de investigação que permitam "ultrapassar este número elevado de arquivamentos [36,7%]".

CONDENAÇÕES Entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro deste ano, dos processos que foram a julgamento resultaram 52 condenações com pena suspensa, sete prisões efectivas e 28 absolvições.

QUEIXAS Até à data deram entrada 1642 inquéritos de violência doméstica, 153 de maus-tratos a menores e 80 de maus-tratos a idosos. Outubro e Novembro foram os meses que registaram maior número de queixas: 357 por violência doméstica, 18 por maus-tratos a menores e 15 por maus-tratos a idosos.

PROBLEMA

"PERSISTENTE" Para a procuradora, a violência contra as mulheres, crianças, idosos e vítimas especialmente vulneráveis é "um problema persistente" cuja prevenção e combate tem de "ganhar cada vez mais relevância e eficácia nos seus resultados".



Forma como a Justiça lida com a violência doméstica dá direito a prémio da APAV

Investigação

Estudo revela preconceitos dos magistrados portugueses, cuja formação sobre este crime ficou esquecida

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) decidiu atribuir o seu Prémio para a Investigação a Madalena Duarte, da Universidade de Coimbra, autora de uma tese de doutoramento sobre a forma como os magistrados lidam com a violência doméstica.

Defendido no ano passado, o trabalho apresentado no Centro de Estudos Sociais centra-se na forma como a violência doméstica é tratada pelos juizes e procuradores e detectou diversas falhas no sistema judicial português, explica Madalena Duarte, citada pela Lusa.

Apesar de haver “uma evolução muito grande da sensibilidade dos magistrados”, ainda “há muitos preconceitos sobre aquilo que é uma vítima de violência doméstica”. Investiu-se muito na formação dos polícias mas a formação dos magistrados ficou esquecida, concluiu a investigadora.

De acordo com Madalena Duarte, ainda são proferidas “sentenças judiciais que não dignificam a vítima”, como os casos em que “a recusa de

relações sexuais por parte das mulheres” serviu de “atenuante” ao agressor.

Para a investigadora, ainda subsiste uma ideia “muito tradicional da mulher”, as agressões psicológicas e sexuais “são muito desvalorizadas” e é muito aceite o estereótipo de que o álcool “é a causa da violência doméstica”. Outra situação preocupante é a aplicação das medidas de protecção das mulheres quando apresentam queixa-crime: devia recorrer-se mais à vigilância electrónica e não ter medo de aplicar prisão preventiva quando há risco para a mulher, defende.

Madalena Duarte entrevistou mais de 200 procuradores, juizes e vítimas de violência doméstica, tendo inquirido cem futuros magistrados e feito o levantamento de mais de 200 processos relacionados com violência doméstica em cinco comarcas.

O prémio APAV para a Investigação, que tem este ano a sua primeira edição, “é um incentivo” para continuar, observa a autora da tese, acrescentando que está de momento a fazer um pós-doutoramento sobre os homicídios nas relações de intimidade.

O prémio contou com 43 candidaturas. A investigadora Neusa Patuleia, também da Universidade de Coimbra, e a investigadora da Universidade do Minho Cátia Fernandes receberam menções honrosas.



Prémio da APAV para investigadora Madalena Duarte

Justiça Tese de doutoramento estudou tratamento dado pelos magistrados à questão da violência doméstica

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) decidiu atribuir o Prémio APAV para a Investigação a Madalena Duarte, da Universidade de Coimbra, com uma tese de doutoramento sobre o tratamento da violência doméstica por parte dos magistrados.

A tese de doutoramento da investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES), defendida em 2014, centra-se na forma como a violência doméstica é tratada pelos juízes e procuradores do Ministério Público, encontrando diversas "falhas" no sistema judicial português.

Apesar de haver «uma evolução muito grande da sensibilidade dos magistrados para este tema», «há ainda muitos preconceitos sobre aquilo que é uma vítima de violência doméstica», considerou a investigadora. «Há uma série de questões que deveriam ser trabalhadas, mas acima de tudo formação dos magistrados», frisou, recordando que se investiu «muito na formação dos polícias e as magistraturas ficaram esquecidas».

De acordo com Madalena Duarte, ainda se verificam «sentenças judiciais que não dignificam a vítima», exemplificando com casos em que «a recusa de relações sexuais por parte das mulheres» foi uma «atenuante» na definição da pena do agressor. Para a investigadora, ainda subsiste uma ideia «muito tradicional da mulher», as agressões psicológicas e sexuais «são muito desvalorizadas» e é muito usado o es-



D.R.

Estudo detectou diversas "falhas" no sistema judicial português

tereótipo de que o álcool «é a causa da violência doméstica».

A investigadora do CES afirmou à agência Lusa que as mulheres, quando são vítimas de violência doméstica e têm carências económicas, têm um advogado oficioso para cada processo no tribunal: queixa-crime, divórcio e responsabilidades parentais. «Deveria ser atribuído um advogado para todos os processos», defendeu.

Outra situação preocupante, alerta, é a aplicação das medidas de protecção das mulheres quando apresentam a queixa-crime, considerando que o termo de identidade e residência «não é suficiente», devendo-se recorrer «mais à vigilância electrónica» e «não ter medo de aplicar a medida de prisão preventiva, quando há risco».

A tese de doutoramento de Madalena Duarte, intitulada "Para um Direito sem Margens: representações sobre o Direito e a violência contra as mulheres", envolveu mais de 200 en-

trevistas a procuradores e juízes de todo o país, entrevistas a vítimas de violência doméstica e organizações de apoio à vítima, inquérito a 100 futuros magistrados, análise da jurisprudência em torno de homicídios e levantamento de mais de 200 processos relacionados com violência doméstica de cinco comarcas.

O prémio APAV para a Investigação, que tem este ano a sua primeira edição, «é um incentivo» para continuar, contou, referindo que está de momento a fazer um pós-doutoramento sobre os homicídios nas relações de intimidade.

A cerimónia de atribuição decorre amanhã, às 15h00, na sede da APAV, em Lisboa.

O prémio contou com 43 candidaturas, sendo que são também entregues duas menções honrosas, à investigadora da Universidade de Coimbra Neusa Patuleia e à investigadora da Universidade do Minho Cátia Fernandes. ◀



ESQUADRA DE ERMESINDE DINAMIZOU SESSÃO DE TÉCNICAS DE DEFESA PESSOAL

PSP E JUNTA DE FREGUESIA JUNTOS PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA

ISABEL RODRIGUES MONTEIRO

isabel.monteiro@verdadeiroolhar.pt

No Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, 25 de Novembro, a Esquadra da PSP de Ermesinde e a Junta de Freguesia assinalaram a efeméride com acções de sensibilização ao longo do dia e com uma sessão de técnicas de defesa pessoal que juntou crianças, adolescentes e adultos.

Para que o lema popular mude e passe a ser “quanto mais me respeitas mais gosto de ti”, os elementos da equipa de proximidade da Esquadra de Ermesinde, que integra a Divisão Policial da Mais, percorreram a cidade numa acção de sensibilização junto do público feminino e masculino, alertando para a importância da denúncia das situações de violência, sejam elas de ordem pessoal ou de conhecidos, como explicou ao VERDADEIRO OLHAR o subcomissário Dias Canário, comandante da Esquadra de Ermesinde. “Algumas pessoas ainda não têm conhecimento que este não é apenas um problema das vítimas”, disse, salientando que a violência doméstica é um crime público. Ainda segundo o coman-

dante da Esquadra de Ermesinde têm-se registado mais denúncias, o que, sublinha, não significa que o número de casos tenha aumentado. “Há mais à vontade para denunciar as situações. Fruto da mediação há mais conhecimento e predisposição para denunciar o crime”, acrescentou.

Também Luís Ramalho, presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, sublinhou a natureza de crime público e a obrigação de apresentar queixa, mesmo que não seja a pessoa ofendida. “Tem o dever de apresentar a queixa. Ninguém tem o direito de bater em ninguém. Temos de agir”, disse, realçando que as mulheres ainda são o maior número de vítimas.

DEFESA PESSOAL ENVOLVE TÉCNICAS PARA MINORAR AGRESSÃO

Depois do contacto individual da parte da manhã, seguiu-se uma sessão de técnicas de defesa pessoal, ministrada por dois agentes da Unidade Especial de Polícia. A assistir à sessão dinamizada no exterior da Junta de Freguesia de Ermesinde esteve um público bastante heterogéneo, desde crianças de uma escola do 1º ciclo, alunos



da Escola Secundária de Ermesinde e seniores utentes da Associação Ermesinde Cidade Aberta e Associação de Promoção Social de Ermesinde. Durante mais de uma hora aprenderam-se algumas técnicas para minorar a agressão que é dirigida à vítima, concluindo-se que mesmo sendo mais fraco fisicamente é possível a defesa e até dominar o agressor. Regina Diegues, reformada e utente da Associação de Promoção Social de Ermesinde, não quis deixar de experimentar as técnicas de defesa que, diz com armadura, “devia ter aprendido há 20 anos”. Com outro ânimo, até pelo gosto que tem pelas artes marciais, esteve Sofia Rijo, técnica da Associação Ermesinde Cidade Aberta. “É bastante gratificante que se preocupe com esta problemática”, disse, lamentando, porém, que este tipo de sessão não chegue a mais público, já que são práticas que apenas são ministradas em instituições privadas.

No final da sessão, em que participou a PSP de Ermesinde e Corpo de Intervenção, a Associação Ermesinde Cidade Aberta, a Escola Secundária de Ermesinde, o Agrupamento de Escolas de S. Lourenço-Valongo e a Associação Promoção Social e Cultural de Ermesinde, houve uma largada de balões em que cada participante escreveu uma mensagem contra a violência.



FENÓMENO ABRANGE VÍTIMAS DE TODAS AS CONDIÇÕES E ESTRATOS SOCIAIS

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres celebra-se todos os anos, desde 1999, como designado pela ONU, a 25 de Novembro, numa data que visa alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, nomeadamente casos de abuso ou assédio sexual, maus tratos físicos e psicológicos. De referir que, em média, uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica. Segundo a Associação

Portuguesa de Apoio à Vítima o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos, sendo que os seus agressores também são de diferentes condições e estratos sociais e económicos. De acordo com os dados da Associação, as mulheres representam mais de 81 por cento das pessoas atendidas. Entre 2013 e 2014 a APAV registou um total de 12402 de mulheres vítimas de violência doméstica. Destas situações reportadas à APAV, em cerca de 45 por cento das mesmas não existia apresentação de queixa criminal.





ID: 62222228

10-12-2015

APAV premeia investigação sobre o tratamento da violência doméstica pela justiça

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entregou ontem o Prémio APAV para a Investigação a Madalena Duarte, da Universidade de Coimbra, distinguindo uma tese de doutoramento sobre o tratamento da violência doméstica por parte dos magistrados.

A tese da investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES), defendida em 2014, centra-se na forma como a violência doméstica é tratada pelos juízes e procuradores do Ministério Público, encontrando diversas “falhas” no sistema judicial português, disse Madalena Duarte. Apesar de haver “uma evolução muito grande da sensibilidade dos magistrados para este tema”, “há ainda muitos preconceitos sobre aquilo que é uma vítima de violência doméstica”, notou.

Há uma série de questões que deveriam ser trabalhadas, mas acima de tudo formação dos magistrados”, frisou, recordando que se investiu “muito na formação dos polícias e as magistra-

turas ficaram esquecidas”.

De acordo com Madalena Duarte, ainda se verificam “sentenças judiciais que não dignificam a vítima”, exemplificando com casos em que “a recusa de relações sexuais por parte das mulheres” foi uma “atenuante” na definição da pena do agressor. Para a investigadora, ainda subsiste uma ideia “muito tradicional da mulher”, as agressões psicológicas e sexuais “são muito desvalorizadas” e é muito usado o estereótipo de que o álcool “é a causa da violência doméstica”.

A investigadora do CES afirmou ainda que as mulheres, quando são vítimas de violência doméstica e têm carências económicas, têm um advogado oficioso para cada processo no tribunal: queixa-crime, divórcio e responsabilidades parentais. “Deveria ser atribuído um advogado para todos os processos”, defendeu.

Outra situação preocupante, alerta, é a aplicação das medidas de protecção das mulheres quando apresentam a



queixa-crime, considerando que o termo de identidade e residência “não é suficiente”, devendo-se recorrer “mais à vigilância electrónica” e “não ter medo de aplicar a medida de prisão preventiva, quando há risco”.

A tese de doutoramento de Madalena Duarte, intitulada “Para um Direito sem Margens: representações sobre o Direito e a violência contra as

mulheres”, envolveu mais de 200 entrevistas a procuradores e juízes de todo o país, entrevistas a vítimas de violência doméstica e organizações de apoio à vítima, inquérito a 100 futuros magistrados, análise da jurisprudência em torno de homicídios e levantamento de mais de 200 processos relacionados com violência doméstica de cinco comarcas.



Madalena Duarte

APAV distingue investigadora do CES

●●● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entregou ontem o Prémio APAV a Madalena Duarte, da Universidade de Coimbra, pela tese de doutoramento sobre o tratamento da violência doméstica por parte dos magistrados.

A tese da investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) centra-se na forma como a violência doméstica é tratada pelos juízes e pelo Ministério Público, encontrando diversas “falhas” no sistema judicial português, disse Madalena Duarte.

Apesar de haver “uma evolução muito grande da sensibilidade dos magistrados para este tema”, “há ainda muitos preconceitos sobre aquilo que é uma vítima de violência doméstica”, notou.

“Há uma série de questões que deveriam ser trabalhadas, mas acima de tudo formação dos magistrados”, frisou, recordando que se investiu “muito na formação dos polícias e as magistraturas ficaram esquecidas”.

De acordo com Madalena Duarte, ainda se verificam “sentenças judiciais que não dignificam a vítima”, exemplificando com casos em que “a recusa de relações sexuais por parte das mulheres” foi uma “atenuante” na definição da pena do agressor.

As agressões psicológicas e sexuais “são muito desvalorizadas” e é muito usado o estereótipo de que o álcool “é a causa da violência doméstica”, sustenta.

Preocupante, também, é a aplicação das medidas de proteção das mulheres quando apresentam queixa-crime. Para Madalena Duarte, o termo de identidade e residência não chega; deve-se recorrer “mais à vigilância eletrónica” e “não ter medo de aplicar a medida de prisão preventiva, quando há risco”.



ID: 62238003

11-12-2015

Violência doméstica. Consultas a grávidas ajudam a detetar casos

Saúde. Novo programa nacional é hoje apresentado. Médicos e enfermeiros vão ter papel mais ativo nas consultas de gravidez para prevenir casos de violência doméstica e mutilação genital

DIANA MENDES

Os médicos de família e os enfermeiros vão passar a fazer o rastreio da violência doméstica nas consultas de seguimento de grávidas ou após o parto. Esta é uma das medidas consideradas essenciais no novo Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, que é hoje apresentado publicamente. Uma intervenção que, à semelhança da avaliação dos problemas de saúde mental, deve passar a ser feita neste ciclo de vida da mulher, seja na consulta prévia, durante a gravidez ou na consulta depois do parto.

O documento vem atualizar o programa nacional de vigilância da gravidez, com excelentes resultados, em nome da melhoria contínua. Intervém "no que se designa por gravidez de baixo risco, que neste caso se define por não ter risco acrescido", diz Lisa Vicente, a chefe da Divisão de Saúde Sexual Reprodutiva, Infantil e Juvenil da Direção-Geral da Saúde (DGS). Sistematiza "todas as intervenções que consideramos essenciais, por-

que são boa prática e que também têm de ser realizadas mesmo nas gravidezes de alto risco", explica. "Para riscos específicos, como a pré-eclâmpsia, diabetes, hipertensão, haverá condutas diferentes."

A violência, a mutilação genital feminina ou os problemas de saúde mental, como a depressão ou os *blues* (tristeza) do pós-parto, passam a fazer parte da rotina da lista de situações a acompanhar no centro de saúde ou nos serviços que acompanham a mulher. Problemas que podem ser detetados por médicos ou enfermeiros e em três momentos diferentes – consulta preconcecional, vigilância da gravidez e na consulta do puerpério (pós-parto). Aliás, a intervenção no ciclo de vida da mulher é outra novidade. "Queremos aproveitar esta oportunidade para obter ganhos em saúde para a mulher e para a família, integrando o parceiro ou tendo em conta todos os tipos de família", frisa Lisa Vicente.

Se havia profissionais que já estavam despertos para a necessidade de questionar sobre certos comportamentos, "o que se pretende é que as pessoas que não o faziam

passem a considerá-las intervenções importantes".

Como atuar na violência

Antes da gravidez, o guia determina a realização de um conjunto de análises e a avaliação física: peso, vacinas, consumos nocivos, entre outros. Este pacote insere ainda o rastreio da violência nas relações de intimidade. Para isso, sugere que se façam perguntas como "existem conflitos que a estejam a preocupar? Tem tido problemas de relacionamento com o seu companheiro? Em caso de necessidade, é possível referenciar para as equipas para a prevenção da violência em adultos e, no caso das crianças, para os serviços para as crianças e jovens em risco.

Durante a gravidez, os médicos devem manter este rastreio, detetar sinais e sintomas físicos e psicológicos e intervir (*ver caixa*). Além dos riscos para a mulher, há riscos para o feto, como a hemorragia, parto prematuro, baixo peso ou até morte.

Em nenhum caso a mulher deve ser colocada em risco. Há perguntas que podem ser feitas e já vi-

BOLETIM

Suspeitas não ficam por escrito

» "Há atitudes que podem ser observadas, como a constante presença do parceiro. O importante é que nada seja registado no boletim da grávida. É a única coisa que não pode", defende a psicóloga Elsa Mota. O guia alerta para os sinais a que se deve atentar na observação física, como hematomas, quelmaduras, cicatrizes, lesões genitais por abuso sexual. Indicadores como sintomas ansiosos e de depressão e atitudes do par ou da mulher, como explicações contraditórias ou preocupação com pequenas lesões ou fuga no olhar, podem estar relacionados com um caso de violência. Nas mutilações, mais comuns em imigrantes de África, implicam atenção ao tipo de corte e às sequelas que podem ter efeitos no parto.

nham num manual de Vasco Prazeres. Mas agora pretende-se centrar nesta fase da vida. "Deve aproveitar-se o momento em que a mulher está sozinha ou convidar o parceiro a sair. Se não o quiser fazer é logo um sinal de que algo está errado", diz Elsa Mota, psicóloga da mesma divisão. No pós-parto, deve atentar-se a esta nova relação, agora com a criança, e avaliar o vínculo com o bebé e os sinais de violência, que tendem a agravar-se com esta nova fase. "Há casos em que são apenas sinais adaptativos, mas outros são claramente de violência", acrescenta Lisa Vicente.

Depressão e mutilação genital

Além do consumo do álcool e outras substâncias, ou a alimentação e exercício físico, que eram já avaliadas, a DGS quer que haja um foco na identificação de casos de mutilação genital, seja na mãe seja perante o risco de ocorrer na criança. Na área da saúde mental, "há alterações psicológicas que surgem nesta fase e muitas vezes são devido à adaptação. É muito comum haver os *blues* no pós-parto e depressão, mas muito raramente psicose. A mulher está mais frágil, e mesmo sendo casos ligeiros devem ter suporte". Se a depressão pode afetar até 15%, os *blues* atingem 40% a 60% das mulheres. A psicose, que chega a requerer internamento, afeta 2-4 em mil mulheres.

Os profissionais devem ainda aprender a lidar com o luto, que pode ser de vários tipos. Elsa Mota acrescenta que "nem sempre a ideia do bebé perfeito é a que se concretiza. E tem de se integrar essa perda".

Presidente da APAV defende serviços qualificados, confidenciais e independentes

O QUE FAZER COM AS VÍTIMAS

João Lázaro

Trata em Portugal a garantia que as vítimas de crime vejam os seus direitos reconhecidos de forma efetiva. Não basta que o discurso político e a lei enunciem os direitos das vítimas. Não basta prever os direitos, é preciso criar as condições para o seu efetivo exercício. Não podemos conformar-nos a ver alguns desses direitos cumpridos de modo casuístico, não sistemático e outros simplesmente ignorados.

A abordagem desarticulada dos direitos das vítimas e por critérios de atualidade leva o Estado à discriminação e ao tratamento desigual das vítimas em função do tipo de crime (*v.g.*, as vítimas de violência doméstica). Isso provoca a hierarquização das vítimas, como mostra uma falta de perspetiva integrada dos diversos sectores da ação governativa ao longo dos anos.

A Diretiva das Vítimas de Crime da União Europeia estabelece um conjunto de normas mínimas relativas aos seus direitos, apoio e proteção. Esta diretiva assentou na preparação participada e corajosa numa área de reserva tradicional das soberanias nacionais. O seu objetivo é alcançável e é uma oportunidade única para que em Portugal se opere uma mudança de paradigma da posição da vítima no sistema policial e judicial.

O novo estatuto da vítima constituiu uma oportunidade mal aproveitada, espelhando esforço desestruturado e meramente formal de transposição daquela diretiva. Tudo se reduziu a um simples exercício para convencer a Comissão Europeia de que a obrigação do Estado foi cumprida e, assim, traz pouco de novo à situação das vítimas de crimes em Portugal. Não espantará que possam estar reunidas as condições para um processo de incumprimento por parte do Tribunal de Justiça da União Europeia contra o Estado Português.

O quadro legal tem de ser aperfeiçoado e aplicado. Não é tarefa fácil num país em que tudo se pede e se espera da “lei” mas em que se descure a sua operacionalização e a monitorização da sua aplicação. O que só será alcançável se assentar numa perspetiva transversal aos subsistemas de justiça, polícia, educação, saúde e segurança social e solidariedade. Isso requer a adoção de um mecanismo de governação integrada e participada através da elaboração e execução, de forma não estatizante, de um plano nacional de ação para o Apoio à Vítima de Crime.

Neste plano, questão fulcral é a existência de serviços qualificados, confidenciais e independentes que permitam garantir o acesso ao apoio por parte das vítimas de todos os crimes e independentemente da denúncia. Por isso, é fundamental reconhecer o conhecimento, a experiência, o saber fazer já existentes em Portugal, designadamente os detidos pela única organização nacional de apoio às vítimas de todos os crimes, a APAV, com a necessária participação de todas as outras organizações. A razão é óbvia: aproveitar um modelo já testado ao longo dos últimos 25 anos (ao nível das melhores práticas europeias) e que muito poderá contribuir para a resposta a esta necessidade da sociedade.

Simultaneamente seria uma afirmação de confiança do Estado nas organizações da sociedade civil — especializadas, independentes e ativistas — contra a opção fácil da mera municipalização dos serviços locais de apoio à vítima ou da sua atribuição às tradicionais grandes organizações nacionais de vocação e pendor assistencialista. Igualmente promoveria a eficiência e eficácia da resposta e o reforço da posição da vítima de crime nas políticas públicas.



APAV é uma IPSS cuja missão é apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos

APAV recebeu mais de 550 pedidos de ajuda em 2015

●●● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Coimbra recebeu, este ano, mais 550 novos casos de crimes de violência, na região Centro. Este número traduziu-se num aumento de solicitações das vítimas em 20 por cento, quando comparado com o ano anterior.

Quem o afirma é Natália Cardoso, representante da associação que, na passada quinta-feira, foi uma das três entidades distinguidas com um donativo da Plural – Cooperativa Farmacêuticos.

Visivelmente satisfeita pelo “apoio simbólico”, Natália Cardoso lamentou as “grandes dificuldades financeiras” que têm afetado a instituição nos últimos anos, acrescentando que a parceria que resultou na gratuidade no acesso aos transportes públicos por parte das vítimas da APAV foi “muito importante”.

discurso direto

► A legislação mais recente relativa aos crimes de violência está a proteger mais as vítimas.



Natália Cardoso, representante da APAV

“A base da nossa rede são os voluntários. Sem eles dificilmente conseguiríamos ter uma intervenção tão abrangente”, confessou, adiantando que a delegação conta com mais de uma dezena de

voluntários dos cerca de 220 distribuídos por todo o país.

A responsável acrescentou, ainda, que a legislação mais recente relativa aos crimes de violência está a proteger mais as vítimas e a permitir que as instituições tenham uma resposta mais rápida. “O mais difícil por vezes é arranjar elementos de prova suficientes”, lamentou.

A APAV que, este ano, celebra 25 anos de existência, é, recorde-se, uma IPSS cuja missão é apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando serviços gratuitos e confidenciais. A associação tem uma rede de quatro dezenas de residências que acolhem vítimas de crimes, de norte a sul do país.

Sobre o apoio da Plural, Natália Cardoso não escondeu a sua “enorme satisfação”, reforçando que “este tipo de ações são muito significativas para as instituições”.

le| Bernardo Neto Parra



ID: 62357325

19-12-2015

Marcha pelo fim da violência doméstica

HOJE A cidade de Braga realiza hoje, pelas 15h00, na Avenida Central, uma concentração pelo fim da violência doméstica, uma iniciativa de um grupo de cidadãos, com o apoio da Câmara Municipal, APAV, TIN.BRA, ÁGORA, Associação Famílias e Associação Sénior Egas Moniz.

Da ação constará uma atuação da Associação Sénior, bem como de intervenções de Armando Caldas, médico no Hospital de Barcelos, de Altino Bessa, vereador da Câmara de Braga e do promotor José Manuel Ferreira.



Mesão Frio

CPCJ realizou seminário sobre violência doméstica e o seu impacto nas crianças

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Mesão Frio, em colaboração com a Câmara Municipal, a Unidade de Cuidados na Comunidade Douro, a Guarda Nacional Republicana, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Santa Casa da Misericórdia, o Ministério da educação, o Ministério da Saúde e a Segurança Social, organizou o seminário «Violência(s) doméstica(s) – Impacto sobre as crianças».

A sessão decorreu no dia 15 de dezembro, pelas 14h30, no auditório municipal de Mesão Frio, perante a assistência de mais de cinco dezenas de participantes. Para versar acerca deste tema tão sensível e devastador do bem estar emocional



e familiar das crianças e dos jovens, foram convidados a intervir, a representante da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real, Maria José Coutinho, o representante do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE – GNR), Capitão Ferreira e o representante da Unidade de Cuidados na

Comunidade Douro (UCCD), Miguel Pereira.

Os palestrantes partilharam o seu conhecimento e a sua experiência, enquanto representantes das entidades de primeira linha, responsáveis pelo acompanhamento destas situações no concelho, centrando as abordagens no impacto deste fenómeno nas crianças e

nos jovens mesãofrienses. “Acreditamos que os efeitos da violência doméstica se aproximam assustadoramente dos efeitos da guerra, ou até do terrorismo, com a agravante de que estes cenários de guerra e de conflitos armados, físicos e psicológicos, são causados por aqueles que mais deviam proteger as crianças e os jovens.

Enquanto comunidade deveremos assumir sempre o compromisso de um olhar atento a estas situações e de uma intervenção reconstrutiva junto das famílias que vivem neste contexto de violência, sem ocultar ou silenciar aquilo que vemos ou ouvimos, com o falso e hipócrita pretexto de que não temos nada a ver com esses conflitos.

Todos têm a responsabilidade e a obrigação de denunciar o crime público de violência doméstica”, referiu Gabriela Alves, presidente da CPCJ de Mesão Frio, aquando da sua intervenção. A CPCJ de Mesão Frio está, neste momento, a acompanhar quase 30 crianças e jovens, num total de 10 sinalizações de violência doméstica, causadas por diferentes motivos e com consequências incalculáveis, sobretudo para as crianças.



Mesão Frio

CPCJ realizou seminário sobre violência doméstica e o seu impacto nas crianças

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Mesão Frio, em colaboração com a Câmara Municipal, a Unidade de Cuidados na Comunidade Douro, a Guarda Nacional Republicana, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Santa Casa da Misericórdia, o Ministério da educação, o Ministério da Saúde e a Segurança Social, organizou o seminário «Violência(s) doméstica(s) – Impacto sobre as crianças». A sessão decorreu no dia 15 de dezembro, pelas 14h30, no auditório municipal de Mesão Frio, perante a assistência de mais de cinco dezenas de participantes.

Para versar acerca deste tema tão sensível e devastador do bem estar emocional e familiar das crianças e dos jovens, foram convidados a intervir, a representante da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila



Real, Maria José Coutinho, o representante do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE – GNR), Capitão Ferreira e o representante da Unidade de Cuidados na Comunidade Douro (UCCD), Miguel Pereira. Os palestrantes partilharam o seu conhecimento e a sua experiência, enquanto representantes das entidades de primeira linha, responsáveis pelo acompanhamento destas

situações no concelho, centrando as abordagens no impacto deste fenómeno nas crianças e nos jovens mesãofrienses. "Acreditamos que os efeitos da violência doméstica se aproximam assustadoramente dos efeitos da guerra, ou até do terrorismo, com a agravante de que estes cenários de guerra e de conflitos armados, físicos e psicológicos, são causados por aqueles que mais deviam proteger as crianças

e os jovens.

Enquanto comunidade deveremos assumir sempre o compromisso de um olhar atento a estas situações e de uma intervenção reconstrutiva junto das famílias que vivem neste contexto de violência, sem ocultar ou silenciar aquilo que vemos ou ouvimos, com o falso e hipócrita pretexto de que não temos nada a ver com esses conflitos. Todos têm a responsabilidade e a obrigação de denunciar o crime público de violência doméstica", referiu Gabriela Alves, presidente da CPCJ de Mesão Frio, aquando da sua intervenção. A CPCJ de Mesão Frio está, neste momento, a acompanhar quase 30 crianças e jovens, num total de 10 sinalizações de violência doméstica, causadas por diferentes motivos e com consequências incalculáveis, sobretudo para as crianças.



FRASE

“ O que está na base da violência [doméstica] é a questão do poder e é a ideia do poder. A ideia de que alguém mais forte pode dominar alguém mais fraco

Daniel Cotrim
Psicólogo da APAV



JOANA MARQUES VIDAL RECUSA COMENTAR JOSÉ SÓCRATES

■ **Acusações.** A procuradora-geral da República recusou ontem comentar as acusações feitas por José Sócrates, que na segunda-feira, numa entrevista, disse que Joana Marques Vidal era responsável pela investigação que considera de ódio e de ataque pessoal. A PGR presidiu ao lançamento do livro dos 25 anos da APAV, no Ministério da Justiça, em Lisboa.



INÉS LOURENÇO

PGR recusa comentar acusações de José Sócrates na TVI

Ex-PM acusou Joana Marques Vidal de ser a "principal responsável pelo comportamento do Ministério Público", num processo "odioso"

15 de Dezembro de 2015 às 19:39 Redação / DC

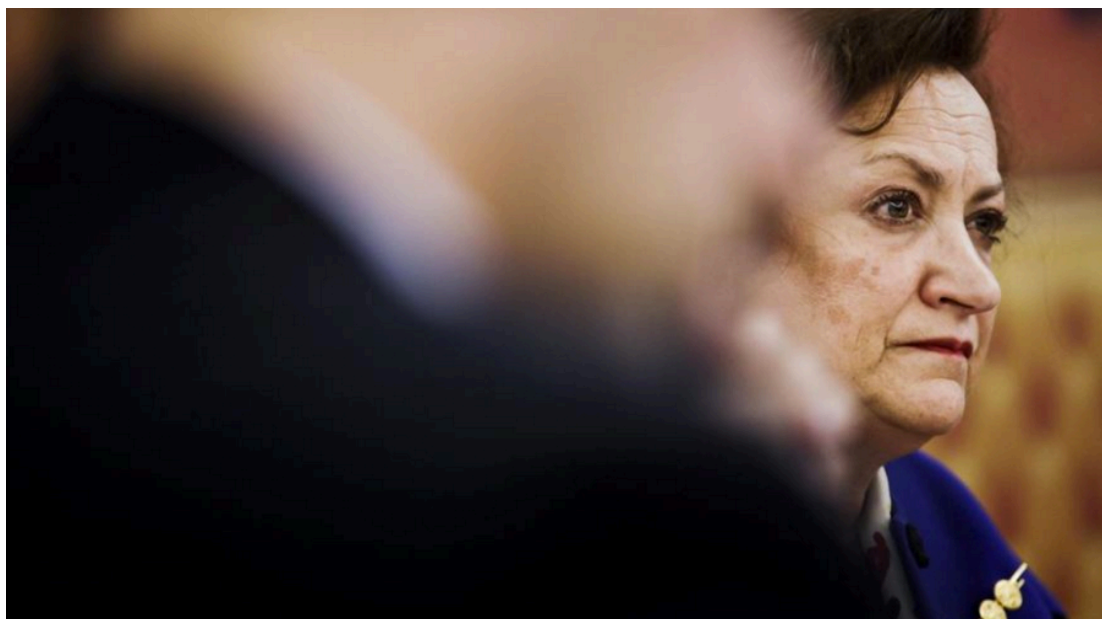


A procuradora geral da República, Joana Marques Vidal, escusou-se a comentar as declarações de José Sócrates, que a acusou de ser responsável por um processo "odioso".

Questionada pelos jornalistas quando participava no lançamento do livro "25 Anos APAV 1990/2015", no Ministério da Justiça, a procuradora não quis falar sobre o caso.

PGR recusa comentar acusações de José Sócrates

15 Dezembro 2015, 19:40 por Lusa



A procuradora geral da República, Joana Marques Vidal, escusou-se a comentar as declarações de José Sócrates, que a acusou de ser responsável por um processo "odioso".

Questionada pelos jornalistas quando participava no lançamento do livro "25 Anos APAV 1990/2015", esta terça-feira no Ministério da Justiça, a procuradora (na foto) não quis falar sobre o caso.